

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL HÍBRIDA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO IBGE – CNPJ SOB N° 05.524.559/0001-34

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, em primeira e única chamada às 14 (quatorze) horas, atendendo à Convocação devidamente divulgada no site da Associação www.dapibge.org.br, para participação ao vivo, virtualmente, ou com comparecimento na sede da DAPIBGE, na Av. Rio Branco, 257 salas 601 à 609, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se os associados, com presenças devidamente registradas em lista de presença, nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto aos seguintes assuntos: **1. Prestação de contas 2023/Previsão orçamentária 2024; e-mails enviados sobre a situação financeira dos associados; 2. Campanha de Vacinação antipneumocócica (15V) e antigripe (tetraivalente); 3. Ação da GDIBGE e Pasep; 4. Abono permanência; 5. Suspensão e exclusão dos inadimplentes; 6. Participação do DAPIBGE na Mesa Permanente de Negociação do Governo; 7. Processo eleitoral; 8. Perguntas.** Assumiu a direção dos trabalhos a senhora Glória Vanicore Ribeiro, Presidente do DAPIBGE da atual gestão, convidando para presidente da mesa o associado Sr. Eurico de Souza Gomes Filho conforme dispositivo estatutário, e me convidou, Glória Lúcia Pacheco Serpa, para secretariar a Assembleia, que passei a executar a tarefa de registrar a presente Ata. Após o aceite do Sr. Eurico de Souza Gomes Filho, a senhora Presidente do DAPIBGE, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Ordinária, expressando gratidão pela presença e a participação dos membros, tanto presencial quanto virtualmente. A pedido de um associado, foi feito um minuto de silêncio em homenagem aos ibegeanos vitimados pela Covid, e seus familiares e também dos que faleceram nos últimos anos. Após a homenagem, Sra. Glória menciona o aniversário de três anos da gestão atual, com uma reflexão sobre os avanços e resultados obtidos, enfatizando a importância da continuidade do trabalho e declara que não tem intenção de se reeleger. Dando seguimento à ordem do dia, foi dada a palavra à diretora financeira Sra. Janete Monteiro, para apresentação do item **1 da pauta, Prestação de contas 2023/Previsão orçamentária 2024 e e-mails enviados sobre a situação financeira dos associados.** Sra. Janete fez o Detalhamento das Finanças, destacando as despesas mais significativas, incluindo pessoal, encargos, condomínio, e serviços administrativos. Disse que **em 2023 a Provisão da Receita** foi de hum milhão oitocentos e vinte mil reais (**R\$1.820.000,00**), tendo sido **recebido** no mesmo ano, dois milhões oitenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais (**R\$2.082.565,00**). Continuando, disse que a **provisão das despesas para 2023** foi de um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil e novecentos e sessenta e seis reais (**R\$1.489.966,00**), tendo sido **realizado** hum milhão duzentos e oitenta e um mil cento e dezessete reais (**R\$1.281.117,00**). Apontou ainda que o **saldo positivo de janeiro a dezembro de 2023** foi de oitocentos e um mil e quatrocentos e quarenta e nove reais (**R\$801.449,00**). Apresentou o saldo nas contas bancárias em 31/12/2023, sendo no **BRADERSCO** dois milhões cento e oitenta mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos (**R\$2.180.641,77**) e no **SANTANDER**, quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos (**R\$447.866,85**). Ainda com a palavra, a Diretora Financeira esclareceu como é feito o cálculo para a disponibilização de valores, mostrando uma tabela com o valor disponível para as UFs que possuem representantes, segundo a arrecadação do montante de consignados dos respectivos estados pagos em 2023. Do valor total que cada estado



arrecadou, subtrai-se a despesa com o SERPRO. Em seguida do valor resultante, após a dedução do custo do SERPRO, calcula-se 20%, sendo então esse o montante final para cada Unidade da Federação para o ano seguinte, ou seja 2024. Ainda com a palavra, a Sra. Janete esclareceu que todos os associados receberam e-mail da cobrança@dapibge.gov.br sobre a sua situação financeira, tanto os que estão em dia, os que estão em débito, como os que possuem crédito. Chamou atenção para que leiam atentamente esses informes, pois há associados que mesmo estando com crédito de 40 reais, por exemplo, depositaram 40 reais, confundindo crédito com débito. Dando seguimento à pauta, Sra Glória passou para o **item 2. Campanha de Vacinação antipneumocócica e antigripe**, dando a palavra a Sra. Nina Lima, Diretora Executiva da clínica Previmuno, que foi a escolhida dentre três clínicas que apresentaram orçamento. Sra. Nina prestou esclarecimentos sobre a composição, o processo de fabricação da vacina da gripe, abordando a importância de entender a base técnica por trás das vacinas adotadas pela instituição. **No Item 3 da pauta fala-se sobre a ação da GDIBGE e PASEP.** Sra Glória relata que a ação do PASEP será feita pelo escritório de advocacia CMO, como ação coletiva. Sra Thelma Suely, pede a palavra e diz que a ação coletiva é impossível de ser feita porque cada pessoa tem uma situação diferente, que deve ser avaliada individualmente. **Para tratar do item 3. GDIBGE e PASEP**, Sra. Glória chama remotamente o dr. Claudio Moreira do escritório CMO. Dr. Cláudio inicia dando conta da boa notícia que foi suspensão da PEC do teto de gastos, que limitava o pagamento dos precatórios a 180 salários mínimos. No final do ano passado o STF julgou essa limitação inconstitucional. Informa que **até o momento, 2.479 associados receberam seus créditos, no total de R\$260.496.610,00, sendo 384 associados de janeiro e fevereiro desse ano**, correspondendo ao valor de R\$81.371.143,00. Explica que as dificuldades são muitas, devido ao empenho da União Federal em defender o não pagamento dos atrasados. Certas turmas do Tribunal Regional Federal e seus desembargadores são contra algumas teses que o CMO está executando. Há também vários processos que estão suspensos, aguardando a decisão final. Com relação ao PASEP, dr. Claudio enfatiza que essa será uma ação para reconhecimento do mérito, do direito. Uma vez ganha a ação, os interessados poderão entrar com a execução no escritório de sua confiança, ou mesmo no CMO, para levantar seus créditos. A Sra. Glória agradece a participação on-line do dr. Claudio e retoma os trabalhos, tratando do **item 4. Abono de Permanência**. Esta ação se refere a inclusão do valor do abono permanência no cálculo de gratificação Natalina e no terço constitucional de férias. Informa que podem entrar com a ação os aposentados **com menos de cinco anos da data da aposentadoria e os servidores que ainda estejam na ativa e que recebam o benefício**. Esclarece que o associado pode entrar com uma **ação individual** com um advogado particular, ou mesmo sem advogado na justiça gratuita, diretamente nos **Juizados Especiais Federais da sua região**. O DAPIBGE realizará o **cálculo do valor da causa e fornecerá a Petição Inicial, gratuitamente, tão logo esteja fechado o contrato com um contador calculista**. **Listou os documentos necessários:** fichas financeiras do período em que o benefício do abono de permanência foi recebido, **considerando a prescrição quinquenal após a aposentadoria**; portaria de aposentadoria publicada em Diário Oficial da União; Identidade e CPF ou CNH; comprovante de residência atual comprovantes de despesas para justificar o pedido de gratuidade de custas judiciais. **Disse que o Dr. Celso atende às terças e quintas feiras, no horário de 13h00 às 17h00**, quando os interessados poderão tirar suas dúvidas. Solicitou aos associados que já enviaram seus documentos, que se manifestassem, caso desejem que seus cálculos sejam realizados. Na sequência, tratou do **Item 5 da pauta, suspensão e exclusão de inadimplentes** se reportando aos esclarecimentos prestados na assembleia passada, às medidas tomadas para entrar em contato com os associados,



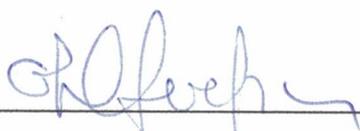
tais como e-mail, carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), envio de mensagens por WhatsApp, contato por telefone fixo. Em relação aos ARs, os foram enviados para 154 associados cujos e-mails estavam desatualizados ou desativados. Explicou que situação até 18/03/2024, 78 pessoas receberam a comunicação, 34 ARs foram devolvidos por diversos motivos, tais como: endereço errado, incompleto, o morador não encontrado após três tentativas de entrega, o morador ter se mudado, o morador não ter ido retirar correspondência na caixa postal. Continuando, salientou que 54 ARs ainda estão em trânsito. Lamentou que dos 76 associados que receberam a comunicação da inadimplência, 62 são pensionistas, 32 possuem ação de atrasados e apenas 9 se interessaram em fazer o parcelamento, voltando a estar adimplentes. O mesmo acontece com os 34 ARs devolvidos, cujos 24 associados são pensionistas, 16 tem ação de atrasados, mas apenas 2 negociaram suas mensalidades. Do total dos 154 ARs até agora recebidos e devolvidos, 37 pessoas podem ser excluídas do DAPIBGE e provavelmente, perderão direito aos seus atrasados. Aguardará o retorno dos ARs que estão em trânsito para tomar as medidas cabíveis, conforme previsto no Estatuto. Os associados que nunca pagaram serão excluídos, após o retorno de todos os ARs, podendo recorrer administrativamente ao DAPIBGE. Para isso será formada uma comissão com 3 ou 5 associados para julgar o pleito do excluído. A Comissão decidirá se o associado será readmitido e em que condições, seja pagando de uma vez ou parcelando seu débito. Passando ao **item 6 - Participação do DAPIBGE na mesa de Mesa Nacional de Negociação Permanente do Governo - MNPG**, Sra. Gloria explicou que não poderia haver votação naquele momento, pois para isso é necessário a elaboração de um *job*, toda uma programação, com a construção de uma aplicação que permita a votação apenas dos associados adimplentes, e essa iniciativa não foi tomada a tempo. Sugeriu que essa assembleia ficasse em aberto e marcou uma **Assembleia deliberativa híbrida dia 25/04/24**. Como a Diretoria não chegou a um consenso com relação a participação do DAPIBGE na MNPG, a Presidente apontou algumas dúvidas apresentadas a seguir: o DAPIBGE pode representar seus associados na MNPG sem extrapolar as suas atribuições e competências? Assegurada a sua legitimidade e representatividade, qual a melhor estratégia para o DAPIBGE ter assento à MNPG? Deve conversar com o Sindicato para tentar espaço através dele? Oficializar o pedido de assento diretamente ao IBGE e aos Ministérios? Em seguida atendendo à plenária, Sra. Glória abriu inscrições para que 11 participantes se manifestassem, pedindo aos oradores que respeitassem o tempo de 5 minutos e evitassem que o debate se tornasse um diálogo restrito entre a Assibge e o Movi24. Dada a palavra para Sr. Alckmin, disse que o grupo Movi24 é um grupo autônomo, com cerca de 220 pessoas e deve ser respeitado, indicando a Sra. Thelma e a Sra. Glória para participarem da MNPG. Em seguida, com a palavra o Sr. Miguel Ângelo, esclareceu sobre a formação da MNPG, que foi criada em 2003, funcionou até 2017 e está sendo reaberta agora. Nesse período foram firmados 175 acordos com as entidades representativas dos trabalhadores, através de portarias, despachos que norteiam o regimento e o funcionamento da Mesa e quais entidades legalmente reconhecidas podem fazer parte. Concluiu enfatizando que a pauta de reivindicações defendida pelo sindicato contempla ativos, aposentados, pensionistas, temporários, toda a categoria, mesmo os não sindicalizados. Com a palavra o Sr. Pedro Sérgio destaca que o país está tirando o direito dos trabalhadores, e portanto é necessário que todos cresçam, DAPIBGE, Movi24 e Assibge. Defende que haja uma conversa com o Sindicato, pois do contrário o Movi24 procurará outros caminhos para negociar, talvez até direto com o Lula. Disse que a unidade se dá na luta e que o Movi24 não quer excluir a Assibge. Ressaltou que na questão da carreira, não pode haver o fosso do nível médio, entende que temos que somar. O próximo a falar remotamente foi o Sr. Paulo Afonso, dizendo que ninguém está disputando espaço com o Sindicato, pois o



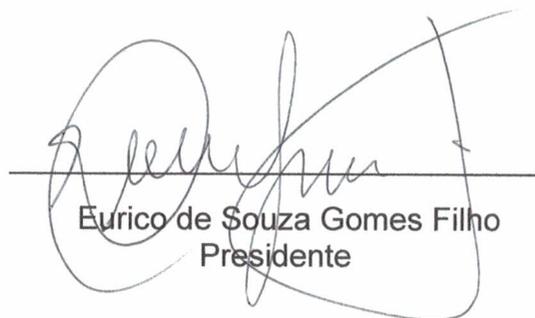
Movi24 vem para somar. A reunião irá acontecer amanhã (dia 22 de março – Reunião da MNPG no Rio de Janeiro/IBGE) e acha que o Sindicato deveria chamar o DAPIBGE e o Movimento para aprovar a indicação de duas pessoas para fazerem parte da Mesa. Com relação às reivindicações da Assibge, acha que precisa haver concurso interno. Na sequência, também remotamente, Sr. Paulo Dill, diz ter ficado surpreso com a posição do DAPIBGE, parecendo haver um descrédito no propósito da direção do Sindicato com relação a inclusão dos aposentados. Não se sente “rifado” enquanto aposentado e dentro do movimento sindical. Salientou que a proposta do Sindicato foi construída ao longo de 10 anos, e agora não cabe alguém achar que ela não representa determinado segmento dos servidores. Defende a unidade de ação, sem mudar tudo o que já foi acordado. Pedindo a palavra, Sra. Thelma inicia dizendo que o Movi24 não é oposição ao Sindicato, mas expressa a vontade de ampliar a pauta da Assibge. Acredita que alguns pontos não estariam sendo apresentados nas reivindicações da Assibge, merecendo um tratamento diferenciado e emergencial daquela entidade, tais como: questões do Plano de Saúde, quem é da Sias está preocupado com migração da Unimed Rio; a própria Sias está uma confusão; apontou a necessidade de reestruturação da CRH com foco nos aposentados, considerando que o atendimento aos aposentados e pensionistas é feito sem a orientação adequada sobre seus direitos e benefícios. O DAPIBGE acaba fazendo o papel de RH. O DAPIBGE já conseguiu legalmente a ação da GDIBGE, então pode representar os associados. No regulamento da Mesa fala que outros órgãos podem participar. Concluindo, Sr. Thelma disse que o Movi24 já pediu agendamento com a Presidência do IBGE, pois acredita que algumas questões podem e devem ser resolvidas diretamente com a Presidência do IBGE, lembrando por último que outros órgãos já integralizaram o recebimento da GDIBGE. Com a palavra o senhor Júnior, do núcleo Pernambuco, que atualmente também faz parte da Executiva Nacional da Assibge. Disse que temos três componentes e que cada um tem seu papel. O do Sindicato é representar a categoria, durante seus quase 40 anos de existência. Enfatizou que somente estando dentro das entidades é possível influenciar nas decisões, não aceitando que alguém que não participa dos atos, manifestações, congressos, processos de deliberação queira impor atitudes ao Sindicato. Com a palavra, remotamente de Sergipe, o Sr. Artur disse que a primeira falácia é como o DAPIBGE saio do Sindicato, inclusive expulso fisicamente. Anarquia é o que foi feito com o plano de saúde pela Sias e ainda continua, e a forma como os núcleos trataram disso. Disse ter participado dos dois últimos congressos da Assibge, e queria provas do cumprimento das decisões, inclusive no que dizia respeito ao Bruno Malheiros. Chamou atenção para o fato de que o nível superior também pode ser prejudicado pela decisão do STF, com relação a paridade e efetividade e no último congresso o Sindicato não discutiu isso, não discutiu tabela salarial, nem a estabilidade. Cobrou do Sindicato uma proposta em relação ao STF e a Sias. Ainda remotamente Sra. Gloria passou a palavra para o Sr. Carlos Passinha, que retoma o assunto das decisões do STF e que não foram discutidos pelo Sindicato. Continuando, está vendo vaidade e pelegos que não fizeram nada pelo 6.127. Afirma que nunca o Sindicato trabalhou, é um departamento do próprio IBGE, não implantando o que é decidido em congresso, e que não está defendendo aposentado nem pensionista, apenas os temporários. Concluindo, chamou atenção para a representatividade do DAPIBGE. Com a palavra, presencialmente o Sr. Luís Fernando, de Brasília, disse que esse debate de oposição à Executiva Nacional não deveria ser levado ao DAPIBGE, mas sim ao Sindicato. Reafirmou que todas as propostas para complementação elencadas até o momento naquela assembleia, e que justificariam a participação de alguém mais na Mesa, estão contempladas no Plano de Carreira. O debate é a representação política das trabalhadoras e trabalhadores do IBGE. Propõem que seja feito um Congresso para se discutir as divergências, levar adiante as políticas e o plano de

carreira corrige um erro histórico que foi dividir ativos e aposentados em duas entidades e estamos pagando até hoje. Concluindo, enfatizou a importância de se construir a luta em um Congresso unitário. Por último, Sr. Eurico Gomes reconhece que o Sindicato é responsável por grandes conquistas, e que agora está discutindo com o Governo. É preciso o IBGE abra um concurso para 900 pessoas, temporário, diz que a maioria entrou como censitário, e assim como fizemos, devemos lutar para que sejam contratados. O importante é manter as atividades desempenhadas nas agências, preservar o IBGE, superar o mandato de segurança. Acredita que somente através da união seja possível aprovar o Plano de Carreira. Encerrando, reafirma que o Sindicato precisa do apoio de todos e que as divergências poderão ser sanadas ao longo do tempo, as questões da Sias podem ser encaminhadas posteriormente. Terminadas as falas, a Sra. Glória retomou a palavra, passando para o item **7. Processo eleitoral**. Ao afirmar não buscar a reeleição, a presidente Glória apresentou sucintamente a estrutura da entidade, sinalizando que em outubro do corrente será iniciado o processo eleitoral 2025. Exibe a estrutura do DAPIBE, localizando o Estatuto e o Regimento Internos no site do DAPIBGE onde estão as regras para a eleição. Enfatizou a importância das Comissão Eleitoral, cujas inscrições estão previstas para serem abertas em outubro de 2024, com o mínimo de 3 e o máximo de 7 associados. Após a instalação da Comissão Eleitoral, serão estabelecidos os prazos para a inscrição das chapas e demais recomendações, estando o período previsto para as eleições híbridas ocorrerem entre os dias 17 e 20 de março de 2025.

Quanto ao item 8, último da ordem do dia, que seriam as perguntas, Sra. Glória declara que todas foram respondidas ao longo da reunião. Dado o avançado da hora e ainda não tendo sido votadas as deliberações pertinentes, a assembleia ficou em aberto, com a promessa de em breve ser feito um novo edital de convocação a conclusão dos trabalhos iniciados nessa assembleia do dia 21 de março de 2024. Agradecendo a presença e participação de todos, Sra. Glória declarou encerrada essa assembleia em aberto, convocando os participantes para concluírem as deliberações que não foram realizadas nesse dia, para a próxima assembleia dia 25/04/2024 e eu, Glória Lúcia Pacheco Serpa, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelo Presidente.



Glória L P Serpa
Secretária



Eurico de Souza Gomes Filho
Presidente